



ATA Nº 4/2015

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 2015
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 2 DE MARÇO DE 2015

-----No dia 2 de março de 2015, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de fevereiro de 2015 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 23 de fevereiro de 2015 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município (continuação);*
- PONTO 2 - *Informação sobre a execução, pela Câmara Municipal, das deliberações da Assembleia Municipal;*
- PONTO 3 - *Informação sobre a classificação de Lagos como Município Livre de Organismos Geneticamente Modificados;*
- PONTO 4 - *Estatuto do Direito de Oposição - Leitura e análise do seu conteúdo e apresentação de Recomendação à Câmara Municipal para o seu cumprimento, bem como para elaboração do Relatório relativo a 2014;*
- PONTO 5 - *Parecer da CCDR sobre "Aquisição de Serviços de Limpeza Urbana na Área de Município de Lagos" - Análise e posição a tomar pela Assembleia Municipal;*
- PONTO 6 - *Discussão sobre a necessidade de alteração do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Lagos;*
- PONTO 7 - *Apreciação da evolução dos trabalhos na ponte D. Maria II;*
- PONTO 8 - *Informação completa sobre os processos judiciais em curso - Valores em causa, bem como os provisionamentos feitos para cobertura de riscos;*
- PONTO 9 - *Adesão do Município de Lagos ao Pacto dos Antarcas.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 46 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	António Marreiros Gonçalves
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Santa Maria)]



Fl. 48v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca [Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere]
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Nádia Cristina Vaz Laboreiro
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira
LCF	Nestor Gabriel Zibreira Guerreiro
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia
TSL	José Alberto Baptista
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----**ENTROU JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafirim e Barão de S. João]



-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença	1 dia	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	1 dia	Márcio Filipe dos Santos Viegas
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória	1 dia	Nestor Gabriel Zibreira Guerreiro
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa	1 dia	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Maria Fernanda Pires de M. Carvalho Afonso - Vereadora
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
CDU	Maria Luísa Miranda Matos Cardoso Teixeira - Vereadora

-----PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO: O Sr. João Paulo Rodrigues, na sequência da sua intervenção na reunião anterior da Assembleia Municipal, realizada no dia 23 de fevereiro, informou que os dois cães que foram mencionados por si na altura, já tinham sido adotados e estavam bem, tendo agradecido a colaboração da Câmara Municipal na resolução do assunto. Em nome da Sra. Winiker, agradeceu a intervenção do Sr. Vereador Paulo Jorge Reis na adoção de um cão que estava com problemas no canil municipal, mas que já se encontrava bem.----

-----PONTO 1 - PUNTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO (CONTINUAÇÃO).-----

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) perguntou se tinha havido candidatos à ONDA e se já existia relatório preliminar.-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) solicitou mais informação sobre o processo apresentado pela Multiserviços contra a Câmara Municipal. Disse que é com agrado que o PS tomou conhecimento da medida da Câmara Municipal em congelar os



Fl. 49v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

valores das rendas da habitação social. Deu os parabéns ao Município e à Junta de Freguesia da Luz pelo prémio nacional da praia mais acessível.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse que, segundo a Sra. Presidente da Câmara Municipal, há pessoas que não se conseguem notificar, mas se foi notificado quem colocou a cerca no terreno entre a praia da D. Ana e a do Camilo; ora se bem lhe parece a pessoa do “muro bonito” é a mesma da vedação, por isso não percebe porquê que para uma situação foi bem sucedida a notificação e para outra não consegue a Câmara Municipal notificar a pessoa.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou qual o ponto de situação da elaboração do novo Regulamento Municipal do Canil.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) começou por sufragar a questão colocada relacionada com a Multiserviços e aproveitou para solicitar informação sobre o processo da Multiserviços à Câmara Municipal relativamente a uma suposta dívida da Câmara Municipal a esta empresa. Disse que as rendas sociais não foram aumentadas porque nenhuma renda no País, social ou não, sofrem aumentos em 2015, pelo que não é nenhuma benesse da Câmara Municipal. Sobre a questão da Giramar relacionada com a ocupação de parcela de terreno municipal, disse que desde de 2011 que a Câmara Municipal e a Giramar trocam correspondência, tendo sido já tomada uma decisão final sobre o assunto, pelo que perguntou se tinha sido cumprida a decisão da Câmara Municipal em derrubar o que foi ilegalmente erguido e qual o valor da contra ordenação aplicada. Referiu que há muitas maneiras de notificar uma entidade, para efeitos judiciais, pelo que isso não pode ser desculpa para que não se resolva os problemas. Disse que após ter consultado o processo da Giramar, concluiu que o Sr. Eng.º Silva, Chefe da Divisão de Urbanismo, Licenciamento e Fiscalização, da Câmara Municipal, não informou os decisores políticos sobre o correto andamento dos processos e sobre a maneira correta de tratar os mesmos e por isso é da opinião de que o mesmo deveria ser demitido. Referiu ainda que os responsáveis técnicos máximos da Câmara Municipal, têm por obrigação alertar os responsáveis políticos para uma série de situações menos boas que se possam verificar no seio da Câmara Municipal. Disse que os técnicos têm que formalizar as suas posições por escrito, porque se os decisores políticos avançarem no sentido contrário ao manifestado pelos técnicos, os políticos passam a serem os únicos responsáveis pela decisão tomada. Referiu que o Sr. Eng.º Silva, relativamente ao PDM, assumiu o papel dos particulares e não lhe competia a ele assumir esse papel, assim como assumiu as posições políticas da Câmara Municipal e também não o deveria ter assumido. Disse ainda que o Sr. Eng.º Silva, como técnico superior da Câmara Municipal e Chefe de Divisão, tem muitos anos de ocupação dessa função, pelo que o comparou com o Salazar, em termos de “ocupação de Poder”. Ainda sobre a Giramar, disse que a empresa A. J. Viegas ocupou uma parte do território público municipal, e depois de muita troca de correspondência, em que a Câmara Municipal chega à conclusão de que o que foi erguido, no espaço público municipal, tinha de ser derrubado, o Sr. Eng.º Silva propõe que seja alienado o espaço ao prevaricador, ou seja, os “ladrões”/“crimonosos”, em vez de serem punidos e chamados à responsabilidade pelos atos que praticam, são premiados.



Disse que as reuniões da Assembleia Municipal são abertas ao público, pelo que os seus Membros falam para o público, mas não anda a recrutar pessoas para virem às reuniões da Assembleia Municipal, como fez o Sr. Vereador Paulo Jorge Reis, relativamente à questão dos impostos dos agricultores, porque lhe interessava.-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João]	21.00

-----O Sr. António Marreiros (PS) disse que a Câmara Municipal, tem estado a fazer um esforço no sentido de melhorar o parque habitacional. Perguntou como estava a decorrer o processo de atribuição dos fogos de Odiáxere e o processo das habitações de Bensafrim da Lacóbriga. Disse que as obras na EN125 que abrangem o Concelho de Lagos, estão a decorrer a ritmo lento, pelo que perguntou se havia alguma noção sobre o termino das mesmas e se havia informação sobre a construção, ou não, da rotunda do Chinicato. Solicitou informação sobre a questão das instalações da GNR, uma vez que as atuais não reúnem condições de funcionamento desta força de segurança.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse rever-se na intervenção proferida pelo Sr. José Alberto Baptista, no âmbito do presente Ponto da Ordem do Dia. Referiu que os objetivos de todos os Membros da Assembleia Municipal é a defesa do interesse público municipal. Disse que por vezes a realidade que chega aos cidadãos, não é a real, mas sim a administrativa. Afirmou que os cidadãos querem saber a opinião do Órgão que foi por si eleito. Disse não ser fácil para o cidadão ouvir dizer que a sua preocupação foi analisada, mas não é possível atender a mesma por diversos fatores, pelo que facto que deu origem à preocupação, mantém-se porque a verdade administrativa e burocrática se sobrepõem. Referiu que fica satisfeito quando vê referências positivas ao Concelho e triste quando as mesmas são negativas, como é por exemplo o facto de Lagos ser o 4.º Município do País, mais endividado per capita. Disse que a componente política, das informações prestadas, deveriam ser mais no âmbito de proporcionar informação que mobilizasse todos em termos de esperança, para que possam acreditar que amanhã o futuro será melhor.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) disse que Lagos é um Município bem infraestruturado e que passados os tempos passados com a criação dessas infraestruturas os tempos modernos passam por projetos colaborativos. Referiu que a economia colaborativa é uma tendência que emergiu nos países nórdicos e está a chegar a Portugal e a Lagos, como o “coworking” e o “colab”, pelo que perguntou se a Câmara Municipal estava em condições de apoiar este tipo de iniciativas.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, começou por saudar a intervenção do munícipe, Sr. João Paulo Rodrigues. Relativamente à



Fl. 50v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

ONDA, disse saber ter aparecido dois candidatos ao concurso, estando o processo a ser analisado pelos Serviços, no sentido de apresentarem o respetivo relatório. Sobre o processo da Multiserviços, disse que o Município tinha sido absolvido pelo Tribunal e a Ecoambiente, sendo que não foi interposto recurso. Disse que o não aumento das rendas sociais foi um compromisso assumido pela Câmara Municipal para o ano de 2015. Referiu que o lema da Câmara Municipal, tem sido o de trabalhar, apesar das dificuldades. Disse que muitos Membros da Assembleia Municipal, dizem que neste Órgão se fala pouco de política, havendo sempre uma presença da componente técnica nas Informações, mas por outro lado a Assembleia Municipal tem trazido questões muito importantes de ordem técnica. Sobre a questão do “muro bonito” disse que é um assunto que virá à Assembleia Municipal para uma tomada de decisão final, logo que esteja pronto para tal. Sobre a suposta dívida da Câmara Municipal à Multiserviços, informou que não existia qualquer dívida, o que surgiu foi um pedido de indemnização, no valor de 500 mil euros, por parte da Multiserviços, por não ter recebido alguns pagamentos a tempo e horas por parte da Câmara Municipal, quando a situação financeira não o permitia pagar na data estabelecida e depois da Multiserviços não ter ganho o concurso da limpeza urbana, só que os serviços fizeram as suas contas e o valor achado é de 80 mil euros. Disse que a documentação que o Sr. Jorge Ferreira consultou na Câmara Municipal sobre o processo Giramar, é um documento técnico e não político. Referiu que o Sr. Jorge Ferreira é da opinião de que os técnicos superiores devem dar, e assumir, a opinião técnica aos políticos, mas nada diz que isso não foi feito. Quem tem que assumir as responsabilidades das decisões da Câmara Municipal, são os políticos e não os técnicos, acrescentando que tem perfeita consciência de que são os políticos os responsáveis se contrariarem as decisões técnicas. Afirmou que o Sr. Eng.º Silva é uma pessoa muito competente e conhece muito bem, todas as situações relacionadas com o urbanismo no Concelho, pelo que não aceite, de maneira nenhuma, condenado em absoluto, o facto do Sr. Jorge Ferreira dizer que a Presidente da Câmara Municipal, deve demitir o Sr. Eng.º Silva, isto ainda na sequência da participação do Sr. Jorge Ferreira na reunião de esclarecimento realizada no âmbito da discussão pública do PDM, onde muita gente podia ter colocado questões, mas dado ao evoluir dos trabalhos, tal não se proporcionou, tendo conhecimento que muitas pessoas saíram desoladas com o que se passou na referida reunião. Disse que não fica bem um autarca referir-se a um cidadão como “ladrão”; há cidadãos que não cumprem as leis, mas isso não fazem dos mesmos “ladrões”. Disse que parece haver alguns Membros da Assembleia Municipal ainda com uma fogueira acesa e que estão sempre prontos para lá mandar alguém, sendo o Sr. Jorge Ferreira um desses Membros, mas aos Membros do Executivo PS e ao Sr. Eng.º Silva não manda o Sr. Jorge Ferreira para a fogueira. Referiu que já tinha sido feita uma empreitada para arranjo de algumas habitações sociais, principalmente as mais antigas, estando a decorrer uma segunda empreitada, sendo que estas obras estão a ser efetuadas no âmbito da derrama lançada para a recuperação do parque habitacional social da Câmara Municipal. Sobre a atribuição dos fogos de Odiáxere, disse que é um processo que está a demorar mais do que o desejado, mas está a ser



tratado, sendo que a situação de Bensafrim, está ainda mais atrasada. Sobre as obras na EN125, disse que segundo lhe têm transmitido, a rotunda da Praia da Luz vai ser alcatroada muito em breve e que a rotunda do Chinicato está prevista fazer-se, mas não no imediato. Sobre as instalações para a GNR disse que a Câmara Municipal está disposta a ceder parte do edifício do Chinicato para tal, estando tudo dependente da tutela. Disse não concordar quando é dito que há uma cedência ao Poder burocrático, ao Poder administrativo. Referiu que a Câmara é uma autoridade administrativa e como tal tem que ser respeitada. Disse que a Câmara Municipal trabalha para que não apareça no 4.º lugar dos municípios com maior dívida per capita.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, relativamente ao ranking mencionado pelo Sr. José Valentim, disse que cada qual escolhe os números no âmbito da sua orientação política e interpreta-os à sua maneira. Disse que o Município de Lagos estava dentro dos 50 Municípios mais endividados do País, mas é uma dívida a longo prazo que tem negociado o pagamento. Acrescentou que o ano de 2014 terminou sem dívida em excesso, ou a mais de 90 dias, por parte do Município. Sobre o colab e o coworking, disse que já estão a ser desenvolvidos trabalhos nesta área em Lagos, sendo que são projetos de iniciativa privada, com pouca participação da iniciativa pública, se bem que sempre que seja necessário o apoio da autarquia esse será ponderado.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que não está a ser elaborado um Regulamento para o canil municipal, uma vez que o mesmo já existe, o que está a ser trabalhado é um anexo ao Regulamento, relacionado com as regras de funcionamento para o voluntariado, de acordo com a legislação em vigor. Acrescentou que este documento está a ser elaborado com a participação de todos os interessados. Sobre as obras da EN125 no Concelho de Lagos, informou que a rotunda de acesso à Praia da Luz vai ser pavimentada nos próximos dias e que há a indicação de que, até ao final do ano, o troço entre a rotunda da barca e Odiáxere vai ser intervencionado, estando prevista a construção de rotundas nos acessos ao Sargaçal e ao Chinicato. Relativamente ao assunto dos impostos para os agricultores, disse que no seguimento da legislação saída para os pequenos produtores agrícolas, a Câmara Municipal promoveu uma sessão de esclarecimento com os produtores que vendem no Mercado do Levante. Disse que a política não se faz com justiceiros, mas sim com pessoas com coluna vertebral, com pessoas que apresentam ideias, faz-se com pessoas que respeitam, efetivamente, os outros e não com pessoas que vêm para espaços democráticos, como a Assembleia Municipal insinuar e dizer que as pessoas estão a arremeter outros para a Assembleia Municipal. Disse não subscrever as palavras do Sr. Jorge Ferreira, quando este refere este tipo de comportamentos. Referiu que na sua opinião, alguns Grupos Municipais “cavalgam a onda”.-----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Maria Fernanda Afonso, disse não conhecer a legislação que congela os aumentos das rendas para o ano de 2015. Acrescentou que o congelamento das rendas referentes à habitação social, foi um decisão política, tomada com base na legislação que o permite fazê-lo.-----



Fl. 51v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF), relativamente à sua participação na sessão pública de esclarecimento realizada no âmbito da discussão pública do PDM e sobre a Giramar, disse o seguinte: “Eu inscrevi-me para falar 3 vezes, tal como outros presentes, como o Arqt.º Veloso, falaram 3 vezes e não falei o tempo seguido, portanto inscreveu-se, quer antes, quer depois, quem queria, se não se inscreveram, os tais particulares ou os senhores arquitetos foi porque não quiseram até porque a reunião terminou bastante cedo em relação ao que foi noutra reunião. Portanto não venha a Sra. Presidente dizer que eu pela minha intervenção impedi quem quer que fosse de falar, porque eu até, na minha intervenção, fiz questão de dizer que gostaria de os ver falar, nomeadamente os senhores particulares. A Sra. Presidente pode afirmar o que quiser, mas não é mais séria, nem menos séria do que eu e não tem mais direito à opinião, nem menos direito à opinião do que eu. Quanto à questão do Sr. José António Viegas, quero que fique junto aos autos os dois documentos que me foram cedidos hoje pela Câmara que demonstram, claramente, que por um lado factualmente o Sr. Rui Viegas foi notificado, ou citado, para demolir aquelas construções pelo edital n.º 389/2011, o qual foi afixado em 3/01/2012, certo? E daí até aqui, a obra está lá, alguém é responsável. Depois, agora já mais tarde, foi notificado pela polícia da contraordenação, foi em 18/10/2014, Sra. Presidente. Tudo o que eu disse aqui é exatamente verdade e quero que estes documentos... ah, ainda mais, posso dizer que eu vi o processo, existe uma epistolografia longa entre a J. A. Viegas e a Câmara e está aqui uma carta, que é esta, da A. J. Viegas dirigido a V. Exa., tem data de ... não vejo aqui a data, mas o carimbo de entrada tem data de 9/12/2014 e refere-se, a resposta a uma carta da Câmara com a referência n.º 16917, de 17/07/2014, processo FO 55/2014/18, portanto quero que estes documentos fiquem em ata para que conste que aqui não há ninguém mais sério nem menos sério. Estamos todos a lutar pelas nossas opiniões e todos procuramos servir as nossas populações e não está aqui ninguém que seja lançador de fogo. A verdade é verdade e quem ocupa aquilo que não lhe pertence não é um ladrão, mas comete um crime, além de uma contraordenação, comete um crime, porque aquilo é espaço público e portanto aquilo que eu usei na linguagem, está correto, ninguém ocupa, sem ser punido e responsabilizado, aquilo que pertence a todos.”-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 15 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 35 minutos.-----

-----**PONTO 2 - INFORMAÇÃO SOBRE A EXECUÇÃO, PELA CÂMARA MUNICIPAL, DAS DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) fez uma intervenção sobre este Ponto da Ordem do Dia, apresentando um powerpoint, composto pelos seguintes diapositivos:



Reunião da Assembleia Municipal de
23 de Fevereiro de 2015

Ponto 2
"Informação sobre a execução, pela Câmara
Municipal, das deliberações da Assembleia
Municipal"



Grupo da Assembleia Municipal

Fundamentação:

Na sequência do Ponto 2 da presente reunião foram apresentadas até ao momento 4 propostas pelo Grupo do PSD (sendo 3 aprovadas por maioria e 1 por unanimidade).

Na sequência da recente visita ao Concelho pelos eleitos do PSD e do contacto estabelecido com as populações. Consideramos de enorme importância uma breve contextualização para que esta Assembleia possa compreender a nossa preocupação da altura e a actual do Concelho...



Proposta 1 - SESSÃO
ORDINÁRIA DE ABRIL/2014
1ª REUNIÃO - 28/04/2014




Visita realizada em 21,22
e 23 de Fevereiro 2015:





Proposta 2 - SESSÃO
ORDINÁRIA DE ABRIL/2014
1ª REUNIÃO - 28/04/2014





Proposta 2 - SESSÃO
ORDINÁRIA DE ABRIL/2014
1ª REUNIÃO - 28/04/2014




Visita realizada em 21,22 e 23 de Fevereiro 2015:

1. Estrada de Espiche> Barão
de S. João (toda a estrada)



Detritos para tapar buracos em alcatrão???



Visita realizada em 21,22 e 23 de Fevereiro 2015:

1. Neste momento extensível ao
interior de Espiche...

...ou ainda na estrada de
Espiche/Colégio...






Fl. 52v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Visita realizada em 21,22 e 23 de Fevereiro 2015:

2. Estrada do Cotifo > Monte Ruivo

Visita realizada em 21,22 e 23 de Fevereiro 2015:

3. Estrada Cotifo nó com a estrada do Pincho (Subida)

Visita realizada em 21,22 e 23 de Fevereiro 2015:

... outras vias!

Bensafrim > Barão S. João

Odiáxere (Vale da Lama)

Portelas

Caminhos Rurais (Vários)

Proposta 3 - SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL/2014 1ª REUNIÃO - 28/04/2014

Assembleia Municipal de Lagos

Proposta 3 - SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL/2014 1ª REUNIÃO - 28/04/2014

Visita realizada em 21,22 e 23 de Fevereiro 2015:

Polidesportivo de Barão de S. João:

Visita realizada em 21,22 e 23 de Fevereiro 2015:

Polidesportivo das Portelas e Parque da Escola:

Visita realizada em 21,22 e 23 de Fevereiro 2015:

Polidesportivo de Bensafrim, Parque Radical e Parque Urbano:





Fl. 53v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS



-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que este Ponto foi da iniciativa da CDU. Referiu que foram aprovados pela Assembleia Municipal, 13 documentos dirigidos à Câmara Municipal, desde o início do presente mandato autárquico, a saber: Execução, pela Câmara Municipal, das deliberações da Assembleia Municipal: - Em 24.02.2014 - recomendar à Câmara que seja reposta a atribuição de bolsas de estudo e de investigação, no próximo ano letivo de 2014/2015; - recomendar à Câmara Municipal a inventariação dos edifícios municipais e de uso público na área do Concelho de Lagos que contêm amianto e calendarização e monitorização das ações corretivas. - Em 28.04.2014 – que a Câmara Municipal efetue com urgência a reparação dos pontos mais críticos dessas vias (municipais do Concelho); - que a Câmara Municipal efetue com urgência a reparação e ou (re)adaptação dos equipamentos desportivos em estado de degradação. - Em 29.09.2014 – recomendar à Câmara Municipal que realize o conjunto de um mínimo de três sessões de informação e debate aberto ao público, sobre o processo de retoma do PDM de Lagos, orientadas pelo índice do PDM. - recomendar à Câmara Municipal que desenvolva com urgência as medidas necessárias para a transferência do forte da Meia Praia para o domínio municipal, a fim de recuperar este monumento ao serviço da comunidade. - recomendar à Câmara Municipal que o site da autarquia seja reestruturado, para que a informação seja de mais fácil consulta, disponibilizando os atos de gestão e da atividade municipal permitidos por lei. - recomendar à Câmara Municipal que, junto da AMAL, da ANMP e do governo, diligencie no sentido da alteração da legislação de forma que esta taxa (direito de passagem) seja aplicada às empresas e não aos contribuintes. - Em 17.12.2014 – recomendar à Câmara Municipal a criação da marca LAGOS DOS DESCOBRIMENTOS, de acordo com os objetivos e metodologia expostos nos considerandos. - recomendar à Câmara Municipal a elaboração do Regulamento Municipal do Protocolo. - que a Câmara Municipal abra um inquérito ao assunto da Giramar Lda. E que, no prazo de um mês a contar da aprovação do requerimento por parte da Assembleia Municipal, comunique à AM o resultado do mesmo. - Em 07.01.2015 – recomendar à Câmara Municipal que seja desenvolvida junto da população e entidades públicas e privadas, campanha de sensibilização e motivação para o uso preferencial de transportes públicos urbanos, seguindo as boas práticas de outros Municípios. - recomendar à Câmara Municipal que seja aplicado às matérias sujeitas a débito um período temporal que permita o pagamento



voluntário, antecedendo o processo de execução fiscal, a exemplo do alargamento do prazo concedido para pagamento da fatura da água. Disse que a intenção do Ponto era de que a Câmara Municipal pudesse fazer um balanço relativamente aos documentos aprovado pela Assembleia Municipal, dirigidos ao Órgão Executivo do Município, pelo que gostaria de ouvir a Câmara Municipal sobre o assunto, sendo que acrescentava às 13 deliberações, uma outra, relacionada com a criação do Conselho Municipal Sénior.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) congratulou-se com a apresentação do Grupo Municipal do PSD e lamentou que a situação, no geral, continue como estava. Disse que alguns Presidentes das Juntas de Freguesia, na altura da discussão dos documentos do PSD, disseram que o PSD tinha chegado atrasado, o que na altura, levou-o a elogiar os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, só que as palavras nem sempre correspondem à realidade que pretendem transmitir. Referiu, ironizando, que o Sr. Márcio Viegas, diz que o Concelho está bem infraestruturado e as imagens apresentadas pelo Grupo do PSD mostram isso; continuou acrescentando a esta situação as redes de águas em baixa, obsoletas, etc.. Disse que ter obras visíveis e apresentadas em momentos próprios para ganhar eleições, não é a mesma coisa que falar de um Concelho bem infraestruturado, uma vez que um Concelho com essas características é aquele que corresponde às necessidades básicas das populações, em primeiro lugar. Afirmou que Lagos é um Concelho mal esfraestruturado, fruto de más opções políticas, porque não conseguiram renovar nem mater aquilo que já estava feito, sendo que muito do que foi feito eram opções secundárias, uma vez que não correspondem à satisfação das necessidades primária, elementares e básicas das populações, como é o exemplo da intervenção realizada na Praça do Infante. Em relação à questão da transparência, disse que ainda se está muito longe de se atingir este desiderato.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse o seguinte: “Enquadrando na matéria da execução das deliberações da AM por parte da C. M. e dependendo esta execução, muitas vezes, de pareceres dos serviços técnicos e administrativos da Câmara, a Coligação TSL não pode deixar de manifestar a sua posição e o seu testemunho sobre um assunto aqui abordado e que deixou alguma perplexidade no seu Grupo Municipal. A Coligação TSL tem tido sempre um comportamento de reserva no uso de nomes nas sessões da AM, seja de políticos, seja de funcionários municipais, a não ser quando haja motivos que exijam uma deliberação específica. Ora, foi referido nesta sessão o nome do Sr. Chefe de Divisão do Urbanismo, Licenciamento e Fiscalização, o nome do Sr. Eng.º Martins Silva. O Sr. Eng.º M. Silva mereceu, recentemente, um elogio público do ilustre membro PSD desta Assembleia, o Sr. José Valentim Rosado, elogio a que a TSL aderiu e que hoje vem aqui reiterar e reforçar, considerando o seu historial de serviço público de mérito, feito ao longo de dezenas de anos e em várias gestões municipais. Quando a TSL reporta nas suas intervenções na AM a forte presença da burocracia em muitas decisões e informações do Executivo Municipal, este reporte não põe em causa nenhuma das chefias, sobretudo as que, recentemente, foram reconduzidas pelo Executivo. Chefias que a TSL respeita, estima e admira, não só pelo trabalho que



Fl. 54v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

executam, como pela relação cordial que a TSL mantém com cada uma delas. Esta afirmação deve ficar clara e definitiva perante esta Assembleia Municipal. Porque, como o tem sempre afirmado a TSL, a diminuição do peso da burocracia administrativa, de modo a dar mais agilidade, entre outras, à execução das deliberações da A.M., cabe ao Executivo e não às chefias das unidades orgânicas dos serviços municipais. Assim, em relação ao Sr. Eng.º Martins Silva, a Coligação TSL solicita que a Sr.ª Presidente da Câmara lhe transmita a nossa consideração e o nosso reconhecimento pelo serviço que tem prestado ao Município de Lagos. Serviço que é credor de reconhecimento, segundo a TSL, também da própria Assembleia Municipal.”-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) disse que na reunião em que o Grupo do PSD apresentou os documentos referidos na apresentação do Sr. Fernando Marreiro, tinha dito que as preocupações do PSD já vinham tarde e isso continua a ser verdade. Referiu que a sinalética é da competência da Câmara Municipal e esta está a aguardar concurso para substituição de toda a sinalética do Concelho. Referiu que na União de Freguesia de Bensafrim e Barão de S. João, estão a ser realizadas pequenas obras de beneficiação de diversos espaços.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o que estava em causa era ouvir o que a Câmara Municipal tinha a dizer sobre o assunto do Ponto e não outras discussões, pelo que solicitou à Mesa que tivesse isto em consideração.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Santa Maria)) disse que a intervenção no Parque Júlio Correia ainda não foi intervencionado uma vez que ainda não houve oportunidade por parte da Junta de Freguesia, no entanto outras pequenas intervenções já se realizaram, apesar das dificuldades, principalmente de recursos humanos. Em relação às infraestruturas desportivas, disse que poucos são os Municípios que têm infraestruturas deste tipo melhores que Lagos, ou seja, há condições ótimas em Lagos para a prática desportiva.-----

-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que a Junta de Freguesia de Odiáxere tem tido uma luta constante relativamente à recolha dos verdes. Sobre o polidesportivo de Odiáxere disse que a intervenção no mesmo tem custos que são, de momento, insuportáveis para a Junta de Freguesia. Disse que o caminho do Vale da Lama é o “calcanhar de Aquiles” da Junta de Freguesia de Odiáxere, uma vez que o mesmo já merece um tapete novo há anos, mas, apesar dos esforços da Junta e da Câmara Municipal, ainda não foi possível avançar para tal, pelo que têm sido feitos apenas pequenos arranjos na via. Terminou dizendo que a Junta de Freguesia está atenta a todos os problemas existentes na Freguesia.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que as preocupações demonstradas pelo Grupo Municipal do PSD, já são conhecidas da Câmara Municipal e serão atendidas conforme as possibilidades da Câmara Municipal, apesar de não serem atendidas conforme o desejado e merecido por parte dos cidadãos. Informou que o Conselho Municipal Sénior irá tomar posse



Muito em breve, uma vez que já foi enviada Convocatória para tal. Relativamente aos 13 documentos aprovados pela Assembleia Municipal destinados à Câmara Municipal, informou que os mesmos foram tomados em consideração, estando cada um a evoluir conforme possível.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse notar algum desconhecimento por parte de alguns Membros da Assembleia Municipal, quando referem que as infraestruturas bases do Concelho não estão garantidas, pelo que não percebe este tipo de discurso. Sobre a apresentação do Sr. Fernando Marreiro, disse que a mesma é mais do mesmo, sendo que, sendo este Técnico da Câmara Municipal, sabe as dificuldades por que passa a Câmara Municipal e sabe, o Sr. Fernando Marreiro e o Sr. Rui Araújo que é igualmente Técnico da Câmara Municipal, que a autarquia se preocupa com coisas mais importantes. Referiu que a Assembleia Municipal é o local para se fazer política, mas que se faça política com algum nível. Relativamente à recolha de verdes disse que a mesma tem um regulamento e isso deveria ser explicado às pessoas, assim como deveria ser do conhecimento de todos que a maior parte dos restos de jardins que se vê em espaços públicos são depositados pelas empresas de jardinagem para não terem que pagar à Algar. Em relação às vias com pavimento degradado disse que está a ser feito os possíveis para regularizar a situação.-----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Maria Fernanda Afonso, disse que as bolsas de estudo estão a ser processadas, foi feito a inventariação dos edifícios municipais e de uso público na área do Concelho de Lagos que contêm amianto e vão ser intervencionados logo que possível. Referiu que o Forte da Meia-Praia tinha sido classificado como Monumento de Interesse Público, em 2014, mas em 2015 essa classificação foi revogada, o que deitou abaixo as negociações que estavam a decorrer para que a posse do mesmo passasse para o Município de Lagos.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o site que existe, surgiu de um protocolo entre as Câmaras Municipais do Algarve e a Globalgarve, sendo que esta empresa está em insolvência, pelo que os Serviços da Câmara Municipal estão a desenvolver a criação de um novo site.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) começou por agradecer as intervenções dos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia. Na sequência da intervenção do Sr. Vereador Paulo Jorge Reis, disse que não costuma misturar papéis e como funcionário público sabe bem os seus deveres e as suas obrigações. Disse que as situações apresentadas foram as que apresentaram em abril de 2014, estando, praticamente tudo na mesma, apesar de reconhecer que foram feitas outras intervenções. Terminou dizendo que apresentaram as situações e receberam os devidos esclarecimentos sobre as mesmas.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) relativamente ao ponto de situação feita pela Câmara Municipal, em relação aos documentos da Assembleia Municipal aprovados e destinados à Câmara Municipal, disse ter ficado desiludido. Disse que as respostas dadas denotam a falta de preparação da Câmara Municipal para responder à Assembleia Municipal sobre as recomendações feitas. Sobre o Forte da Meia-Praia, disse que o que tinha sido revogado tinha sido a Portaria e não a classificação do



Fl. 55v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

imóvel, uma vez que mesma continha erros.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que a sua anterior intervenção tinha sido uma pequena introdução a uma outra intervenção, pelo que considerou uma precipitação os comentários do Sr. José Manuel Freire. Referiu que muitos dos pontos, deste Ponto, não foram alvo de resposta por parte da Câmara Municipal.----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que a apresentação feita pelo Grupo do PSD não foi feita com o objetivo de censurar a Câmara Municipal. Referiu ter a consciência que o atual Executivo tem pouco tempo de trabalho, mas tudo isto não é um problema da Câmara Municipal, mas sim do PS, porque este não governa os destinos do Município há ano e meio. Disse que há cidadãos que não cumprem os seus deveres mas constata que a Câmara Municipal é o exemplo máximo do incumprimento, uma vez que não segue os Regulamentos, não cumpre deliberações e isso é mau exemplo para o cidadão.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que as palavras que o Sr. Vereador Paulo Jorge Reis, lhe atribuiu, não correspondem ao que tinha dito.-----

-----**PONTO 3 - INFORMAÇÃO SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE LAGOS COMO MUNICÍPIO LIVRE DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS.**-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a Câmara Municipal tinha informado a Assembleia Municipal de que o assunto em causa estava resolvido, pelo se congratulou com a renovação da classificação de Lagos como Município Livre de Organismos Geneticamente Modificados, até 2017, pelo que chamou à atenção da Câmara Municipal para que em 2017 voltasse a dar continuidade a este processo.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, confirmou que a Direção Regional de Agricultura e Pescas tinha renovado, automaticamente, a classificação de Lagos como Município Livre de Organismos Geneticamente Modificados, até 2017, tendo que aceite a sugestão do Sr. José Manuel Freire.-----

-----**PONTO 4 - ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO - LEITURA E ANÁLISE DO SEU CONTEÚDO E APRESENTAÇÃO DE RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA O SEU CUMPRIMENTO, BEM COMO PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO RELATIVO A 2014.**-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que em fins de março, a Câmara Municipal vai ter que elaborar o relatório no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, pelo que se a Câmara Municipal se comprometesse em apresentar tal relatório na Sessão de abril da Assembleia Municipal, o presente Ponto e a debate sobre o mesmo, poderia passar para a Sessão de abril, porque ambos conjugam-se.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a Câmara Municipal vai elaborar em março, o relatório no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, para que o mesmo seja presente na Sessão de abril da Assembleia Municipal.-----

-----Assim este Ponto da Ordem do Dia foi retirado para constar na Ordem do Dia da Sessão Ordinária de abril de 2015 da Assembleia Municipal de Lagos.-----

-----**PONTO 5 - PARECER DA CCDR SOBRE “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA NA ÁREA DE MUNICÍPIO DE LAGOS” - ANÁLISE E POSIÇÃO**-----



A TOMAR PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que a documentação enviada à CCDR Algarve a acompanhar o pedido de Parecer Jurídico sobre a “Aquisição de Serviços de Limpeza Urbana na Área de Município de Lagos”, tinha sido elaborada pelos Grupos Municipais TSL e LCF, pelo que foi com base nestes documentos que o Parecer da CCDR foi elaborado, uma vez que nem a CCDR solicitou, nem a Mesa da Assembleia Municipal enviou a documentação da Câmara Municipal, pelo que tudo isto lhe levantava dúvidas e questões de consciência, ou seja, será que o Parecer emitido pela CCDR Algarve aborda toda a globalidade do assunto? Opinou que este Parecer deveria ser devolvido à CCDR Algarve, anexando toda a documentação da Câmara Municipal, para que a CCDR, na posse de toda a informação, pudesse elaborar um novo Parecer.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse não concordar com a intervenção do Sr José Alberto Baptista uma vez que, quando a Assembleia Municipal delegou no seu Presidente a incumbência para este solicitar um Parecer Jurídico à CCDR Algarve, deu liberdade para que este fornecesse à CCDR toda a documentação que achasse que deveria acompanhar o pedido. Referiu que se a CCDR se pronunciou foi porque entendeu que tinha todos os elementos necessários para elaborar o Parecer. Disse que os pareceres não podem ser “retificados” até aparecer o que corresponda às “conveniências”. Referiu ter conhecimento que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, depois de receber o Parecer e de o mesmo não vir ao encontro da sua opinião, contactou a CCDR, situação para a qual não estava mandatado pela Assembleia Municipal. Disse que é novo na política, mas não usa estas estratagemas, pois discute os assuntos nos locais próprios, como é uma reunião pública da Assembleia Municipal, e não em gabinetes fechados. Afirmou que se a Assembleia Municipal se quer respeitar a si mesma tem que tirar consequências do Parecer da CCDR Algarve, nomeadamente as consequências judiciais que o mesmo pode implicar. Propôs que fosse votada uma proposta no sentido de enviar o assunto para o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé uma ação com vista à anulação do concurso, em virtude de não ter sido ouvida a Assembleia Municipal e não terem sido respeitadas as regras da competência deste Órgão e as regras da Lei dos Compromissos.-----

-----O Sr. Eduardo Andrade (PS) disse que em outubro de 2014, aquando da apreciação do assunto “Aquisição de Serviços de Limpeza Urbana na Área de Município de Lagos”, tinha sugerido que se esperasse pelo visto do Tribunal de Contas sobre o assunto e em função do mesmo a Assembleia Municipal agisse em conformidade e na altura o Sr. Jorge Ferreira disse que “no seu entender, a CCDR não tem competência para emitir parecer jurídico nesta matéria”, pelo que lhe surpreende como é que o Parecer da CCDR Algarve tem agora, tanta importância para uma ação judicial. Referiu que entretanto o Tribunal de Contas passou o visto e a ação colocada no Tribunal de Loulé, pela empresa que não ganhou o concurso, deu razão à Câmara Municipal. Disse que o Parecer da CCDR é feito no pressuposto de que o concurso em causa, é uma concessão, alias, com a documentação enviada essa era a “pergunta” feita, mas o Tribunal de Contas acha



Fl. 56v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

que não é uma concessão, assim como o Tribunal de Loulé. Utilizando uma expressão dos Tribunais, terminou dizendo “arquite-se por inutilidade superveniente”, uma vez que é da opinião de que não há outra conclusão a tirar”.---
-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse continuar com a opinião de que a CCDR Algarve não tem competência para emitir parecer jurídico nesta matéria, mas o facto é que a Assembleia Municipal deliberou nesse sentido. Referiu que as coisas não são bem como disse o Sr. Eduardo Andrade, uma vez que a Câmara Municipal não venceu nenhuma ação, a Multiserviços é que não apresentou recurso dentro do prazo e por isso perdeu a ação, ou seja, não foi discutida a questão de fundo. Disse que o objeto do processo da Multiserviços não é coincidente com o da Assembleia Municipal. Referiu que a questão em causa é a do respeito pelas competências da Assembleia Municipal e pelos poderes que à Assembleia Municipal são conferidos. Disse que o Tribunal de Contas não se pronuncia sobre a questão de fundo, sendo que o mesmo pode dar vistos a situações que considere ilegais, estando esta situação prevista na Lei do Tribunal de Contas. Acrescentou que o Tribunal de Contas leu o contrato, sendo que o problema não está no contrato, mas sim nos anexos, uma vez que os mesmos ultrapassam, e em muito, aquilo que se chama a “limpeza urbana”, pelo que esta situação não pode ser uma mera aquisição de serviços, devendo ser, sim, uma concessão de serviços. Disse que a partir do momento em que há o Parecer da CCDR Algarve e se a Assembleia Municipal não tira consequências do mesmo, então isso significa que a Assembleia Municipal se demite de exigir o respeito por ela mesma.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que o assunto não é simples, estando em causa a separação de poderes, pelo que o importante é saber como se vai resolver este assunto. Referiu que é de todo o interesse saber se a Câmara invadiu poderes da Assembleia Municipal e se o fez como vai ser sanada tal situação, ou então se está a Assembleia Municipal enganada, alguém que o diga.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que a convicção do PSD é de que este processo de Aquisição de Serviços de Limpeza Urbana na Área de Município de Lagos, deveria ter passado pela Assembleia Municipal e o Parecer da CCDR confirma tal convicção. Referiu que a censura que faz é política, pelo facto da Câmara Municipal ter um outro entendimento. Disse que por uma questão de transparência e de bom relacionamento entre os Órgãos a Câmara Municipal deveria ter trazido o assunto à Assembleia Municipal. Descartou as questões jurídica/judicial, uma vez que é da opinião de que tal é da competência e do foro de outros Órgãos.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a documentação da Assembleia Municipal que acompanhava o pedido de Parecer Jurídico à CCDR Algarve, levava a querer que isto se tratava de uma concessão e foi com base nisso que a CCDR elaborou o seu Parecer. Referiu que a Câmara Municipal abriu concurso para uma prestação de serviços e não uma concessão e ponto final, pelo que nada mais tinha a acrescentar ao assunto, a não ser que, se Assembleia Municipal continuava com dúvidas, então que procurasse esclarecer as mesmas.-----



-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que tanto a Assembleia como a Câmara Municipal levam este assunto a sério, pelo que perguntou à Câmara Municipal se, tendo em consideração o Código dos Contratos Públicos, prestação de serviço é diferente de concessão.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, respondeu que sim.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) concordou com as intervenções do Sr. José Alberto Baptista e do Sr. José Valentim e sugeriu que o assunto baixasse à Comissão Permanente.-----

-----Tendo sido aceite a sugestão do Grupo Municipal da CDU, baixou o assunto para a Comissão Permanente.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Luís Barroso, ao abrigo do n.º 5 do Artigo 28.º do Regimento da Assembleia Municipal, tomou a palavra para exercício do direito de defesa da honra, tendo dito o seguinte: “Tomei a liberdade de pedir a defesa da honra no seguimento de uma intervenção do Sr. Vice-Presidente da Câmara, na última reunião no final da reunião, quando em resposta ao Sr. Deputado Jorge Ferreira, sobre uma questão sobre faturas da Câmara, referiu que este Deputado teria sido instruído por mim para colocar estas questões sobre estas faturas, porque eu não tinha tido a coragem de lhe pedir na reunião de Câmara que me explicasse melhor o assunto. Fiquei estupefacto com esta afirmação porque não corresponde à verdade. Queria assim esclarecer que na ata desta reunião refere que solicitei esclarecimentos sobre a razão dos fornecedores não faturarem no mês de dezembro, já que se tratava de 1 milhão e 400 que ficaram por faturar, mas também a razão porquê que não lhes era imputável essa situação, conforme os serviços da Câmara referiram. Portanto há aqui duas situações eles não faturaram e os serviços disseram que não lhes eram imputável a estes fornecedores essa faturação. Portanto, desde logo, fiquei um bocado confuso. Consta também na ata que o Sr. Vice-Presidente que referiu, nesta ata, que estava em causa um fornecimento continuado, existindo diferença entre o comprometido e o faturado. Bem, convém dizer ao Sr. Vice-Presidente que é muito vaga esta explicação, que deveria, não só ter explicado melhor, mas também ter fornecido documentação escrita sobre este assunto. Queria ainda lembrar ao Sr. Vice-Presidente e informar os Deputados desta Assembleia que sobre este ponto realizei uma declaração de voto onde nomeadamente escrevi, no ponto 5 e 6 que vos vou ler na íntegra. Ponto 5 da declaração de voto diz: “Dúvidas essas que facilmente poderiam ser desfeitas se a informação que nos foi facultada, não tivesse sido uma vez mais insuficiente”, destaco aqui uma vez mais porque não foi a primeira vez, por diversas vezes isso aconteceu; no Ponto 6 disse mais. “Poderia ter sido elaborado uma lista dos montantes comprometidos, e os respetivos fornecedores, e das razões da não apresentação das faturas e estaríamos em condições de tomarmos uma decisão em consciência”. Assim na respetiva reunião de Câmara não quis referir o que me pareceu, em primeira instância, do que se tratava quando estudei a documentação sobre este Ponto, que os fornecedores não apresentaram as respetivas faturas porque muito possivelmente foram solicitadas a não o fazer e apenas apresentar em janeiro de 2015. A razão desta



Fl. 57v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

situação poderá se justificar pela necessidade do resultado das contas da Câmara apresentar uma melhor fotografia, porque sabemos que com menos 1 milhão e 400 de faturação, certas contas ficam mais bonitas. Como podem então constatar, face ao que acabei de referir se existiu falta de coragem não foi minha, mas sim do Sr. Vice-Presidente, que não me deu as explicações devidas sobre o assunto, nem me apresentou documentação a elucidar sobre esta matéria. Muito obrigado.”-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, ao abrigo do n.º 5 do Artigo 28.º do Regimento da Assembleia Municipal, tomou a palavra para exercício do direito de defesa da honra, tendo dito o seguinte: “Boa noite a todos. Eu acho que desde que assumi estas funções, acho que até a honra já perdi, mas mesmo assim eu vou tentar. Eu queria tentar não responder, mas dado o tipo de acusação que aqui hoje foi dita não me resta uma alternativa que não responder. O Sr. Vereador Luís Barroso quando diz que o que poderá estar por trás do não lançamento das faturas no ano para outro é tentar não contabilizar 1 milhão e não sei quanto mil, que ele lá entende, é um claro desconhecimento do que é contabilidade. Infelizmente, sendo da área contabilidade, lamento que assim seja, porque há princípios na contabilidade que o POCAL é sujeito, que é o princípio da especialidade. Independentemente das faturas não terem chegado, o custo tem que ser reconhecido. Eu lamento que tenha que dizer aqui publicamente que de contas percebe pouco, para não ter que dizer que não percebe nada. O princípio da especialidade leva a que, independentemente da despesa, ou da fatura, melhor dito, já estar na contabilidade, ou não estar, o princípio da especialidade leva a que o custo tenha que ser reconhecido, independentemente da fatura não estar. Quando vem a dizer que o que pode estar por trás, que é o princípio sempre da insinuação, é querermos esconder custos, ou da suspeição! não venha bater a esta porta, procure outras, ou procure aquilo que quiser procurar. O princípio da especialidade leva a que o custo tenha que ser reconhecido, independentemente da fatura existir, e depois há um procedimento administrativo que é obrigatório pelo POCAL, que também, infelizmente, não o reconhece e pronto é o que é que foi uma simples contabilização que podíamos ter optado por não levar a uma reunião de Câmara e até isso o fizemos, para ser transparente, que o custo já estava reconhecido, era só um procedimento contabilístico. Mas pronto, acho que não foi a minha honra que ficou ofendida, foi a honra dos serviços da Câmara e das contas da Câmara e eu já disse, não vale a pena tentarem ser mais transparente, nem mais rigorosos do que nós, que não vão conseguir, podem ser igual, mais não vão conseguir.”-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 9 de março de 2015, às 20.30 horas, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 6 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 22 minutos da madrugada do dia 2 de março, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 58

.....

.....
